

Barros Miranda*

A Doutrina Monroe à moda Trump

Desde 1823, a América carrega um lema forte e simbólico, capitaneado pelos Estados Unidos: “América para os americanos”. Embora, à primeira vista, a frase pareça defender a soberania dos povos do continente, na prática ela sempre funcionou como um instrumento de afirmação da hegemonia norte-americana sobre seus vizinhos. A chamada Doutrina Monroe nasceu em um contexto de disputas imperiais e serviu, inicialmente, como um recado direto às potências europeias para que não interferissem nos assuntos do continente americano, sob a promessa de reciprocidade por parte dos Estados Unidos. Contudo, ao longo do tempo, essa doutrina foi reinterpretada e utilizada como justificativa para intervenções políticas, econômicas e militares na América Latina.

Não por acaso, diversas nações latino-americanas conquistaram sua independência ao longo do século XIX sob a sombra desse princípio, frequentemente com rápido reconhecimento norte-americano. A doutrina, no entanto, nunca foi estática. Ela ressurgiu em diferentes momentos da história para reafirmar o poder dos Estados Unidos no continente, quase sempre em contextos de instabilidade política ou de interesses estratégicos. No cenário atual, tudo indica que um presidente norte-americano busca criar sua própria versão da Doutrina Monroe, tendo James Monroe como inspiração, mas adaptando-a a um estilo muito mais agressivo e personalista.

A escalada militar de Donald Trump na Venezuela, com o objetivo de capturar Nicolás Maduro e levá-lo aos Estados Unidos para ser julgado por tráfico internacional de drogas, está longe de ser um ato puramente humanitário. Por trás dessa ação, existem interesses políticos, econômicos e estratégicos bastante claros. O discurso de libertação do povo venezuelano de um regime autoritário soa conveniente, mas não corresponde ao verdadeiro objetivo da operação: recuperar a influência e a soberania sobre a exploração do petróleo venezuelano, um recurso vital para a economia e a geopolítica global.

A Venezuela possui uma das maiores reservas de petróleo do mundo e é o principal representante da Opep no continente americano. Desde o segundo governo de Hugo Chávez, o país passou por um intenso processo de estatização do setor energético, o que reduziu significativamente a participação de empresas estrangeiras, especialmente norte-americanas. Apesar disso, Chávez ainda mantinha algum nível de diálogo com a comunidade internacional. Com Nicolás Maduro, essa ponte foi praticamente destruída. Seu governo ultrapassou limites democráticos básicos, consolidando um modelo político cada vez mais autoritário, o que se reflete na crise humanitária e no fluxo migratório para países vizinhos, como o Brasil. As últimas eleições, contestadas por diversos países, reforçaram a desconfiança internacional quanto à legitimidade de seu governo.

Presidentes norte-americanos anteriores, como Bush, Obama e Biden, optaram por condenações diplomáticas e sanções econômicas, respeitando formalmente o princípio da soberania territorial. Trump, por sua vez, foi além. Esticou os limites da Doutrina Monroe e partiu para uma intervenção direta, buscando

seu “troféu político”: a captura de Maduro. O futuro da Venezuela, nesse contexto, é incerto, mas as primeiras declarações do presidente norte-americano indicam uma possível repetição do modelo imposto a Cuba no início do século XX.

No século XIX, após a independência de várias colônias espanholas e portuguesas, os Estados Unidos rapidamente reconheceram esses novos países, consolidando sua influência regional. Cuba foi um dos últimos casos e também um dos mais emblemáticos. A Emenda Platt, criada pelo senador Orville H. Platt, permitia a intervenção norte-americana na ilha sob o pretexto de preservar sua independência, além de controlar sua economia, limitar dívidas e garantir territórios para bases militares. Na prática, Cuba tornou-se um protetorado informal dos Estados Unidos por décadas. As semelhanças com o atual cenário venezuelano não passam despercebidas, sobretudo diante da declaração de Trump de que pretende liderar, direta ou indiretamente, um governo provisório no país.

A repercussão internacional dessa medida é inevitável. Caso Trump, ou um governo alinhado a ele, assuma o controle político da Venezuela, há quem defenda que o país possa caminhar novamente para um regime mais democrático. No entanto, esse processo não ocorrerá sem resistência. China e Rússia, aliados estratégicos de Maduro, observam atentamente cada movimento. Ambas possuem interesses econômicos e geopolíticos na região e dificilmente aceitarão uma reconfiguração do poder venezuelano sem participar das negociações. O diálogo com Trump pode se tornar inevitável, ainda que envolto em tensões relacionadas a outros conflitos globais.

Como empresário, Donald Trump age com lógica de negociação agressiva: intimida, impõe força e, depois, senta-se à mesa para negociar vantagens. Resta saber quando e como esse diálogo ocorrerá. Até lá, Maduro permanece em território norte-americano, a Venezuela segue sob comando interino e parte da população celebra o fim de um governo autoritário, ainda que cercada de incertezas.

No continente, diversos países já se manifestaram contra a intervenção, criticando o desrespeito à soberania territorial. Retirar um presidente à força, dessa maneira, rompe princípios básicos do direito internacional. Ainda assim, para Trump, o que está em jogo é a afirmação do poder norte-americano. Alguns líderes internacionais elogiam sua coragem, mas poucos defendem a legitimidade da ação. As críticas de figuras como Marine Le Pen, Emmanuel Macron e até do Papa Leão XIV evidenciam o desconforto global diante do episódio.

No fim, Trump apenas reinterpretou a Doutrina Monroe à sua maneira, aplicando seu próprio *modus operandi*. Para ele, não importa se a ação é certa ou errada, mas se o plano funciona. Resta saber se seus eleitores aprovarão essa postura. Seu slogan de campanha prometia “fazer a América grande novamente”, mas o foco excessivo em problemas externos pode custar caro politicamente, abrindo espaço para a perda de apoio no Congresso e dificultando a implementação de sua agenda interna.

*Historiador e Jornalista

EDITORIAL

Dados que refutam mitos e preconceitos

O dado revelado pelo estudo do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde da PUCPR, com base no Censo Demográfico de 2022, deveria provocar mais do que surpresa: deveria gerar reflexão coletiva. Saber que cerca de 0,86% das pessoas com 60 anos ou mais no Brasil, aproximadamente 306 mil idosos, se autodeclararam no espectro autista desmonta, de uma vez por todas, a ideia equivocada de que o Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um fenômeno recente ou uma “moda” dos tempos atuais.

O autismo sempre existiu. O que mudou foi a ciência, que refinou seus critérios diagnósticos, e a sociedade, que passou a falar mais, ainda que de forma insuficiente, sobre o tema. Quando um levantamento aponta que homens idosos apresentam uma taxa ligeiramente maior de TEA (0,94%) em comparação às mulheres (0,81%), ele não apenas quantifica uma realidade invisibilizada, mas expõe décadas de silenciamento, desconhecimento e preconceito.

A sociedade ainda insiste em encaixar comportamentos humanos em padrões rígidos. Quem foge à norma costuma ser rotulado como “difícil”, “antisocial”, “excêntrico” ou “problemático”. No caso dos idosos autistas, essa violência simbólica é dupla:

soma-se o preconceito contra a neurodiversidade ao etarismo, essa forma perversa de discriminação que trata o envelhecimento como sinônimo de incapacidade, inutilidade ou decadência.

É preciso compreender que o TEA é uma condição do neurodesenvolvimento que acompanha o indivíduo ao longo de toda a vida. O fato de os sinais geralmente se manifestarem na infância não significa que desapareçam com o passar dos anos. Pelo contrário: em adultos mais velhos, o reconhecimento do autismo ainda é limitado, tanto no diagnóstico quanto no acesso a terapias e acompanhamentos adequados. Muitos desses idosos passaram a vida inteira sem compreender por que se sentiam deslocados, por que a interação social era exaustiva ou por que precisavam de rotinas rígidas para se sentirem seguros.

Diante desse cenário, os números não devem ser vistos apenas como estatísticas frias, mas como um chamado à empatia. Reconhecer que existem idosos autistas é reconhecer que a diversidade humana atravessa todas as fases da vida. É entender que comportamentos diferentes não são falhas morais, falta de educação ou “teimosia da idade”, mas expressões legítimas de uma forma distinta de perceber e interagir com o mundo.

Opinião do leitor

Blindagem

O relator da CPMI do INSS quer ouvir o filho do Presidente Lula, atualmente morando na Espanha, mas está sofrendo pressões, para que não o faça. Reza a Constituição Federal de 88, ainda vigente, que todos são iguais perante as normas jurídicas, preceitos e prescrições.

Luiz Felipe Schittini
Rio de Janeiro - Rio de Janeiro

Correio da Manhã

Fundado em 15 de junho de 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929) • Paulo Bittencourt (1929-1963) • Nilomar Moniz Sodré Bittencourt (1963-1969)

Patrick Bertholdo (Diretor Geral)
patrick.bertholdo@correiodamanha.net.br

Cláudio Magnavita (Diretor de Redação)
redacao@correiodamanha.com.br

Redação: Gabriela Gallo, Ivo Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro, Rudolfo Lago (editor), William França e Rafael Lima (Coordenador editorial)

Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil

Projeto Gráfico e Arte: José Adilson Nunes (Coordenação), Anderson Sã e Thiago Ladeira

Telefones: (21) 2042 2955 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872

Whatsapp: (21) 97948-0452

Rio de Janeiro: Av. João Cabral de Melo Neto 850 Bloco 2 Conj. 520

Rio de Janeiro - RJ CEP 22775-057

Brasília: ST SIBSQuadra 2 conjunto B Lt 10 - Núcleo Bandeirantes

Brasília - DF CEP 71736-20

São Paulo: Av. Francisco Matarazzo, 1752, sala 2317, Água Branca - São Paulo-SP - CEP 05001-200

Campinas: Avenida Aquidabã, 766, Sala 51, Centro - Campinas-SP, CEP 13010-132

www.correiodamanha.com.br

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal.